

# EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: AS ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS PARA OS EDUCADORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Áurea Carvalho Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo discutir as estratégias impostas pelo Estado e pela sociedade civil às universidades públicas brasileiras para adaptação aos padrões internacionais determinados para as instituições de ensino superior, na conjuntura neoliberal. Examinamos o problema do trabalho docente no ensino superior, buscando aproximações entre a nova organização do trabalho material, no mundo da produção e as mudanças na organização do trabalho docente, no intuito de compreender a contradição segundo a qual o trabalho dos docentes do ensino superior têm a peculiaridade de se tratar de trabalho imaterial, com liberdade de criação, autonomia desde a organização do trabalho cotidiano até as escolhas por temas e objetos de pesquisa, mas tem se apresentado como uma atividade penosa, que causa tensão entre essa categoria docente. Para desempenhar essa tarefa, buscamos apresentar nosso entendimento sobre o neoliberalismo, inventariar seus impactos no mundo do trabalho e, em especial no trabalho do docente do ensino superior, na conjuntura neoliberal.

**Palavras-chave:** universidade; ensino superior; neoliberalismo; educação.

## EDUCATION AND NEOLIBERALISM IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: ADAPTATIVE STRATEGIES FOR EDUCATORS IN PUBLIC UNIVERSITIES

**Abstract:** The goal of this text is to discuss the strategies imposed by the government and the civil society to Brazilian public universities in order to insert those institutions into international standards to which universities are constraint under the neoliberal conjuncture. We examined the questions around the teachers' work in higher education, seeking for connections between the new organization of material work in the world of production, and the changes in the educators' work. The purpose is to understand the contradiction in which the work of higher education professors is an immaterial work – that supposes freedom of creation and autonomy, from the day-to-day work organization to the choice of research themes and objects –

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação/IB/UNESP – Campus Rio Claro/SP. Rua 12, nº. 930 - Rio Claro/SP (19) 9998-9790 aurea@fc.unesp.br.

Esse texto resultou da conferência proferida em mesa redonda, durante a 41ª Semana de Estudos da Geografia, promovido pelo Centro Acadêmico da Geografia, em outubro de 2011.

*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 43-53, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

and however has been lived as a painful tension-generating activity. In order to perform this task, we present our understanding about neoliberalism and make an inventory of its impacts on the world of work, specially on the higher educators' profession.

**Keywords:** university; higher education; neoliberalism; education.

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo discutir as estratégias impostas pelo Estado e pela sociedade civil às universidades públicas brasileiras para adaptação aos padrões internacionais determinados para as instituições de ensino superior, na conjuntura neoliberal. Tendo em vista estudos anteriores sobre a precarização do trabalho docente no nível básico e no ensino superior, no sistema público de ensino brasileiro, examinamos com destaque o problema do trabalho docente no ensino superior, buscando aproximações entre a nova organização do trabalho material, no mundo da produção e as mudanças na organização do trabalho docente, no intuito de compreender a contradição segundo a qual o trabalho dos docentes do ensino superior público, por um lado têm a peculiaridade de se tratar de trabalho imaterial, com liberdade de criação, autonomia desde a organização do trabalho cotidiano até as escolhas por temas e objetos de pesquisa e, por outro lado, tem se apresentado, cada vez mais, como uma atividade penosa, que causa tensão entre essa categoria docente. Para desempenhar essa tarefa, buscamos apresentar nosso entendimento sobre o neoliberalismo, inventariar seus impactos no mundo do trabalho e, em especial no trabalho do docente do ensino superior, na conjuntura neoliberal.

O neoliberalismo consiste numa estratégia político-econômica, que surge como um conjunto de medidas políticas e econômicas, tomadas pelos setores da sociedade civil ligados aos interesses do capital, bem como pelo Estado burguês, para o enfrentamento da crise estrutural do capitalismo dos anos 1970. Tal crise foi atribuída, pelos teóricos neoliberais, como Hayek (1990), à implementação da política internacional do *Welfare State*, em que “O Estado do Bem-Estar (*Welfare State*), ou Estado assistencial pode ser definido como Estado que garante ‘tipos mínimos’ de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade, mas como direito público.” BOBBIO et. al, 1986, p. 416, grifos do autor). Se, por um lado, Hayek considera que o maior inimigo do capitalismo não é comunismo, mas o igualitarismo liberal presente no *Welfare State* (OLIVEIRA, 2004), por outro, há uma problematização sobre a funcionalidade do *Welfare State* aos interesses do capitalismo, uma vez que, no âmbito deste modelo de Estado, a classe hegemônica impõe a tarefa de distribuição de benefícios sob a forma de direitos sociais à classe trabalhadora, por meio de políticas estatais, como forma de contenção dos movimentos sociais e de forma seletiva, tendo como critérios a condição assalariada e a qualificação, vindo a promover cisões na organização social da classe trabalhadora, bem como contribuir para a formação de um mercado consumidor, na conjuntura de produção em massa, sob a organização do trabalho taylorista-fordista (Cf. PEÑA CASTRO, 1994).

Entretanto, tendo em vista a característica intrínseca do capitalismo, de se desenvolver por meio de crises cíclicas, pode-se apontar, ainda, como causas da crise da década de 1970, o aumento da dívida pública (interna e externa), no primeiro mundo, o rompimento do sistema *Bretton Woods* de gerenciamento econômico internacional (por meio de uma rede de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), a quebra da paridade entre o dólar e o ouro durante o governo Nixon (1969-1974), a explosão de dívidas externas nos países de capitalismo dependente, a militarização da intervenção americana no mundo (OLIVEIRA, 2004).

A cada crise do capital, dentre as estratégias para o enfrentamento da crise, a mais importante sempre é a elevação da produtividade da força de trabalho, potencializada pela revolução técnico-científica, cujo financiamento, na década de 1970 se deu pela entrada de capital estrangeiro em todos os países, pelas reestruturações produtivas, pela ascensão do trabalho abstrato, virtual, enfim, pela exploração mais intensa do trabalho, além da criação do dinheiro mundial e das políticas de a reforma do Estado, com vistas a adequar o ordenamento jurídico às novas necessidades do capital, neste estágio.

Nesse momento, Hayek (1990) ganha o prêmio Nobel da Economia defendendo a tese de que o que provocou a crise seria o Estado de bem estar foi a distribuição de direitos, a mão do Estado controlando a economia, “asfixiando” a liberdade de mercado. Assim, tal liberdade consistir-se-ia em *conditio sine qua non* para a superação daquela crise.

Desde o momento do arrefecimento do sistema *Bretton Woods*, houve um esforço de rearranjo entre as maiores economias do planeta, no sentido de transnacionalização do capital e das relações de poder entre potências, no contexto do pós Segunda Grande Guerra:

A forte transferência de dólares para a Europa e o Japão foi decisiva na reconstrução, e rapidamente suas economias deslancharam, de forma a mudar os termos da equação: os Estados Unidos deixaram de ser o país superavitário nas transações comerciais. Começou aí a criação das empresas multinacionais, ou transnacionais, como preferia Octavio Ianni, o que viria a afetar profundamente o esquema de *Bretton Woods* (OLIVEIRA, id, p. 189).

No âmbito das instituições internacionais, novas metas foram estabelecidas pelos grandes organismos internacionais no que tange à diminuição da estrutura e o poder dos Estados Nacionais, tornando o mercado cada vez mais livre. Conseqüentemente, deu-se a configuração de um novo modelo de Estado, mínimo na intervenção no mercado e no estabelecimento de políticas de garantia de direitos sociais, que competem com o mercado, em setores como a saúde e a educação, por exemplo. Mas, a atuação estatal deveria permanecer significativa no que tange ao monopólio da violência, por meio de aparelhos repressivos tais como o judiciário, o policial e o exército. Desde então, as funções atribuídas ao Estado, no neoliberalismo tem sido de normatizador, avaliador, fomentador e fiscalizador, diminuindo suas funções de garantidor de direitos e condições dignas de vida a todos os cidadãos.

Nesse processo, o Estado neoliberal tem se caracterizado, cada vez mais, pela desnacionalização da economia nos países de capitalismo periférico, pela política econômica de inflação e de naturalização das taxas de desemprego, e a aplicação de dinheiro público para incremento do capital de empresas privadas, pela financeirização da economia, com destruição de forças produtivas e aumento do desemprego, pelo esforço para desestruturar os sindicatos, pela desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho.

Conforme Ruas (1994), os diversos setores da economia tem sido objeto de injunções dos organismos internacionais para adotar três grandes estratégias de adaptação ao padrão de produtividade do mercado internacional: a restritiva (nova organização do trabalho); a limitada (técnicas de reorganização do trabalho articuladas às novas tecnologias); a global (adaptação total aos padrões de competitividade).

Uma vez que a conjuntura demanda aos capitalistas que desenvolvam estratégias de redução de custos para recuperação de lucros, a intensificação da exploração da mais-valia é o caminho mais rápido para o incremento de tal lucratividade, principalmente se estiver associada à flexibilização da produção, eliminando dispêndios com estocagem, segurança, transporte e outros gastos que não agregam valor à mercadoria; reduzindo os investimentos dispensáveis em matéria-prima que pode ficar parada até o momento da venda e manutenção de funcionários com gastos decorrentes disso.

## **EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Desde as primeiras décadas do século passado, as empresas americanas, como por exemplo, as de autos, buscaram explorar o mercado japonês, como uma das alternativas para a superação da crise no capital naquele momento. Em 1933, os japoneses empreenderam uma reação, fundando empresas de autos, num esforço de apropriação do mercado por empresas locais. Três anos depois, o Estado nipônico interfere diretamente na concorrência intercapitalista com medidas que protegem fábricas de capital nacional, ao mesmo tempo em que expulsam as fábricas americanas do Japão. Em 1945, aquele país perde a guerra e a intervenção americana em seu mercado é retomada: “A reconstrução européia e japonesa [pós segunda Grande Guerra] fez-se sob a égide do padrão fordista, no amplo sentido que lhe atribuem os regulacionistas: um modo de regulação, um regime de acumulação, um *rapport* salarial e uma norma de consumo, como conceitos básicos (OLIVEIRA, id, p. 188)”.

Entretanto, por se tratar de um Arquipélago de extensão territorial limitada, cedo o Japão deixa de comportar uma produção nos moldes do fordismo, de modo que emerge a demanda de uma nova estratégia para estimular o consumo. Assim, a variedade da produção torna-se fator mais importante do que a quantidade, reativando a circulação de mercadorias. Para estimular ainda mais tal circulação, o Estado japonês interfere por meio de medidas para proteger o setor industrial no país, especialmente relacionado à produção de automóveis – adotando políticas de construção de estradas, taxaço alfandegária para operações de importação,

priorização do setor automobilístico na economia, fomento à pesquisa de novas tecnologias (GOUNET, p. 1999).

No âmbito da organização do trabalho fabril, surgem os métodos flexíveis: *Kanban* e *Just in time* na década de 1950. Nasce um novo método de organização do trabalho, flexível, mediante as novas necessidades do mundo da produção.

O *Just in time* consiste no modelo de fluxo – a demanda impõe o ritmo da produção. Assim é a demanda provocada pelo consumo que define o ritmo da produção – no tempo e no espaço, de modo que o processo rígido das esteiras, no fordismo, dá lugar a uma dinâmica de produção flexível.

No âmbito da produção, constitui-se uma nova disciplina no trabalho, fundamentada no *ethos* segundo o qual o melhor é o mais racional, no sentido de mais racional, ou seja, eficiente, eficaz, menos dispendioso e que atinja a um número maior de beneficiários, que não é peculiar à conjuntura neoliberal. Esse *ethos* foi sistematizado sob a forma dos cinco sentidos, que constituem um código de conduta a ser aplicado, inicialmente, na fábrica, e que ganha cada vez mais espaço em outras instituições sociais, organizando as próprias práticas sociais, instituindo uma cultura organizacional que extrapola os limites da fábrica e que consiste em senso de:

- 1) utilização – “um é o melhor”-extrema racionalização;
- 2) ordenação – facilitar a ordem e a comunicação;
- 3) limpeza – manter o ambiente de trabalho livre de sujeiras, desordens, etc.;
- 4) saúde – saúde nas relações interpessoais;
- 5) autodisciplina - Melhore constantemente. Desenvolva a força de vontade, a criatividade e o senso crítico. Respeite e cumpra o estabelecido;

Destacamos, ainda, do modelo japonês, que inspirou a nova organização do trabalho, uma outra orientação, tão importante quanto o *Just in time*, que é o *Kanban*. Essa palavra significa etiqueta e se refere a um sistema de reposição, que é aplicado desde a distribuição das matérias primas e insumos, no âmbito da produção, até a reposição de estoques de mercadorias. Demanda um alto grau de racionalização em que se substitui o “apenas aquilo que falta”, economizando espaço, tempo e trabalho, sem sobras. Isso se aplica até mesmo para o manejo do capital variável da empresa, ou seja, dos trabalhadores empregados, ao longo do ano, de acordo com o ritmo da produção, orientada pelo ritmo do consumo, conforme explicitado anteriormente (GOUNET, op. cit.).

Tal princípio, em última análise, oferece uma rica rede de argumentos racionais para a justificativa de retração de direitos nos contratos de trabalho por tempo determinado, nos acordos de férias coletivas, no banco de horas e no trabalho em domicílio, que se convertem em estratégias para a utilização da mão-de-obra durante o tempo justo, o estritamente necessário para possibilitar a exploração da mais-valia relativa, a qual se dá pela intensificação do trabalho, sem a necessária extensão da jornada e, por vezes, sob regimes de trabalho onde há a contração da mesma.

A racionalização informa um método de gerência de recursos humanos em todas as instituições, das quais a universidade não se exclui. Esse é um dos pontos em que a estratégia de adaptação dos educadores nas universidades públicas se articula diretamente àquela em que se impõe a adaptação da própria universidade

*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 43-53, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

ao *status quo* capitalista na conjuntura neoliberal, cuja materialidade é a privatização, a preparação de quadros para a nova organização do trabalho e a consolidação do Estado como mínimo nas relações com o direito social à educação e que se constitui em nosso objeto de análise. Em uma palavra, o just in time, o kanban e todo um léxico que os colocam em evidência como a melhor forma de administração de todo tipo de recurso adentram à universidade e empreendem uma profunda reforma na sua estrutura e na organização de seu trabalho cotidiano, pois,

(...) no contexto da paradoxal ‘revolução silenciosa’ do ensino superior – na versão mais recente, a ‘revolução gerenciada’ – suposto feito atribuído pelos reformadores a si próprios, temas como a avaliação, a autonomia, a diversificação/diferenciação, a qualidade a equidade, a eficiência/eficácia, a responsabilidade social, a empregabilidade e as competências/habilidades, entre muitos outros, ocupam um lugar privilegiado dentro do arcabouço teórico-ideológico das reformas. Esta ‘nova’ roupagem, que (re) funcionaliza conceitos, muitos deles indevidamente expropriados dos movimentos sociais em defesa da escola pública, esconde velhos paradigmas, escamoteando, com isso as reais relações sociais das quais se constitui não só o modo capitalista de produção, mas também a forma específica de educação e ele relacionada. Faz-se da propalada ‘revolução’ uma expressão tacanha e falseadora das reais intenções contidas nas propostas que transformaram o ensino superior naquilo que é hoje (MINTO, 2006, p. 281, grifos nossos).

Enquanto Minto (2006) identifica nas reformas do ensino superior brasileiro, no período de 1964 a 1990, que a universidade se ajusta, cada vez mais, para atender às necessidades de reprodução da força de trabalho qualificada no neoliberalismo, segundo os perfis exigidos, sem deixar de mencionar ao longo de sua pesquisa a influência dos organismos internacionais, Leher (1999) preocupa-se em destacar que esta tendência internacional foi difundida intencionalmente pelos organismos internacionais, criados no âmbito dos acordos *Bretton Woods* e são perfeitamente articuladas aos ajustes neoliberais, os quais recaem de maneira diferenciada nas diferentes regiões do globo:

Também as diretrizes para o ensino superior são coerentes com o conjunto das proposições econômicas do Banco [Mundial]. Se o país submetido às orientações do Banco deve abdicar da construção de um projeto de nação independente, um sistema de ensino superior dotado de autonomia relativa frente ao Estado e às instituições privadas soa mesmo anacrônico. O ministro da educação no Brasil [Paulo Renato de Souza] não vê sentido na produção de conhecimento novo nas universidades, pois, em sua concepção, o sistema produtivo “pode” buscar no livre mercado pacotes tecnológicos. Movido por este raciocínio, desde o final da década de 1980, o Banco não financia nenhuma atividade na África subsariana. Ao depender da análise recente desta instituição, a América Latina vai na mesma direção. Isto não quer dizer que o Banco esteja sugerindo que toda a pesquisa seja extinta. Apesar de a lógica do processo indicar que a produção de conhecimento novo deva se dar nos centros mais avançados,

notadamente nos Estados Unidos, países como o Brasil, face à amplitude de seu parque produtivo, poderiam ter alguns poucos núcleos de excelência capazes de adequar os pacotes tecnológicos à realidade local (...) (LEHER, 1999, p. 27).

Tais orientações, seguidas rigorosamente pelos sucessivos governos brasileiros tem efeitos imediatos sobre as práticas pedagógicas e as atividades de pesquisa cotidianas dos professores do ensino superior públicos, operam uma inflexão na natureza destas atividades, uma vez que, para além dessa diretriz geral de se secundarizar a pesquisa, que consiste no cerne da atividade criativa dessa categoria profissional, ainda sugere o rompimento da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (Id.). Eis a materialidade da contradição vivida pelo docente do ensino superior apontada no início deste texto, pois na medida em que essa categoria é tolhida em sua liberdade criativa, cerceada na atividade de pesquisa, ensino e extensão indissociados, ao mesmo tempo em que são severamente exigidos em termos de produtividade, configuram-se os ingredientes para o estabelecimento de tensão e stress no cotidiano do trabalho docente do ensino superior de universidades públicas. A solução para o impasse imposto aos docentes é a produção de artigos que nem sempre são resultados de pesquisas efetivamente realizadas, dentro dos rigores que a produção da ciência, tecnologia, pensamento e arte necessitam, na academia.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA CATEGORIA DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR**

A nova organização do trabalho requer um novo perfil de trabalhador, o qual deve ser conformado desde cedo em todas as instituições sociais capitalistas, especialmente, na escola, com as seguintes especificações: competências e habilidades, flexibilidade, multifuncionalidade, polivalência, limpeza, organização, racionalidade, equilíbrio, colaboração, autocontrole para suportar o gerenciamento por stress, instabilidade (GOUNET, op. cit.).

Para a formação desse perfil de trabalhador, em qualquer categoria, seja para desenvolver o trabalho de produção material, seja para o trabalho imaterial, como a docência, demanda-se uma nova pedagogia, com vistas à formação das competências, à aquisição de habilidades, capacidades e de certificação de conhecimentos tácitos. Nesse tipo específico de formação, as competências são compreendidas, antes, como uma orquestra de esquemas, um processo de mobilização de conhecimentos, habilidades, saberes tácitos, do que o aprendizado resultante de um processo de ensino de conteúdos e saberes. O que se valoriza não é a cultura geral, a capacidade de apreensão crítica do mundo, mas a capacidade dos indivíduos de improvisar, de agir em situações novas, adaptando-se aos desafios propostos pelo mundo em constantes transformações (PERRENOULD, 1999; LE BOETERF, 2003.)

Em última análise, os cinco sentidos, o *Just in time* e o *Kanban* informam uma política de recursos humanos no mundo da produção em que se valoriza na constituição do perfil do trabalhador adaptado à nova organização do trabalho, com

habilidades, incluindo-se até mesmo as características da personalidade da pessoa, que podem ser disponibilizadas pela classe trabalhadora, ao serviço do capital, tais como iniciativa, liderança, autocontrole, para além daqueles saberes tradicionalmente trabalhados nos processos educacionais escolares capitalistas. Nessa nova conjuntura neoliberal, os atributos entram na configuração do perfil de trabalhador requerido pelas empresas e são averiguados nos processos de recrutamento e seleção de trabalhadores e, ainda, avaliados durante o processo de produção. Em uma palavra: “É o ser do trabalhador que é convocado cada vez mais intensamente”. (Rosa, 1998, p. 136).

Os atributos são, na verdade, as qualidades do trabalhador que o tornariam mais ou menos “empregável” não sendo redutíveis a objetivos educacionais a serem alcançados, nem indicadores de desempenho, nem potencialidades humanas a serem mobilizadas (PERRENOULD, op. cit).

A partir das considerações empreendidas, podemos buscar elementos para responder às principais indagações deste texto: A reestruturação produtiva adentra, de fato, à universidade pública brasileira? E o professor universitário seria um tipo de trabalhador intelectual submetido aos efeitos da nova organização do trabalho, como os demais trabalhadores?

A privatização da educação no modelo de Estado mínimo tem efeitos diretos sobre o professorado, pois a privatização da universidade é um processo em que se insere uma nova lógica de gestão, de marca privatista, caracterizada pela produtividade, racionalização e eficácia. Em tais circunstâncias, novas exigências e responsabilidades apresentam-se aos docentes, uma vez que se encontram presos à condição de assalariados e, nas instituições superiores de ensino privadas, alvos da extração da mais-valia, pelas mantenedoras.

Os efeitos sobre os docentes assalariados do setor público é que também passam a ser geridos sob a mesma lógica empresarial, submetidos aos critérios de produtividade e esvaziamento da autonomia da comunidade acadêmica, pois, segundo a dialética da centralização/descentralização, tal autonomia se efetiva sob a forma de imposição da lógica gerencial, com desconcentração das tarefas e responsabilidades, enquanto o poder decisório concentra-se nos órgãos diretamente vinculados ao governo central, podendo-se estabelecer uma comparação entre a gestão praticada pelas mantenedoras e a praticada pelo poder executivo, como se pode identificar nas sucessivas reformas do ensino superior nos últimos 40 anos: “No processo de regulamentação do ensino superior em todo esse período de 1964 a 1990 é patente o caráter centralizador desse Estado, bem como o superdimensionamento do Poder Executivo. O Espaço efetivo de participação das classes proletárias nos processos decisórios é restrito” (MINTO, op. cit. P. 272).”

Enfim, a apropriação, na universidade, da lógica do mercado que informa uma nova estruturação, com maximização de utilização da estrutura e dos recursos humanos, como minimização do investimento, especialmente, o público, incorrendo na mercantilização da universidade.

Sob a influência da nova organização do trabalho, no trabalho docente do ensino superior, os professores têm atuado cada vez menos, como intelectuais e, cada vez mais, como captador de recursos, devido ao estímulo à captação junto às fontes alternativas de investimento, por meio de parcerias com ONG’S, fundações e empresas (organizações de direito privado, coadjuvantes na implementação de políticas públicas, que são responsabilidade do Estado) para a realização de

projetos de pesquisa, ensino e extensão, além da captação de verbas por meio de projetos individuais ou em grupo de docentes, apresentados às agências públicas de fomento assumido como critério de eficiência do professor (COSTA, 2010).

A manifestação mais violenta da nova organização do trabalho é a imposição de uma nova rotina, em que o trabalho é intensificado: “Visualizar a totalidade desse processo requer adotar o pressuposto de que, para além da precarização do trabalho docente expresso nas “velhas” e “novas” formas de contratação, muitas mudanças foram introduzidas na rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desde, pelo menos, o governo Collor de Melo. Do ponto de vista do capital, trata-se de aumentar o trabalho docente em extensão e intensidade (BOSI, 2007, p. 4).

Uma nova estratégia de introdução desse novo *ethos* na universidade é a avaliação institucional. Trata-se de um mecanismo para inserir as universidades na lógica internacional: competitividade, produtivismo, ranqueamento, como resposta às injunções internacionais, pois, “Cada vez mais universidades competem por prestígio. Enquanto isso, ao mesmo tempo, a natureza do trabalho acadêmico tem sido cindida. O ensino tem sido separado da pesquisa, o trabalho teórico tem sido separado do trabalho nos laboratórios, avaliação separada do ensino (...)” (JESSON, 2010, p. 77, tradução livre).

Assim como, no mundo da produção, a flexibilização atinge até mesmo os mecanismos de controle e dispensa de contingentes de trabalhadores, identifica-se, na universidade, mecanismos de redução do quadro de docentes pela falta de reposição pelas expansões de vagas nas universidades não são acompanhadas pela expansão no número de docentes, as quais nada mais são do que soluções para a manutenção da produtividade da universidade com um quadro de professores “enxuto”. Há ainda outros mecanismos, específicos das universidades, mas que guardam o espírito da uma organização laboral flexibilizada, tais como: 1) a substituição de disciplinas específicas por cargas horárias de estágios e práticas nas licenciaturas, com contagem de carga reduzida para profs. de estágio, 2) a substituição de cursos presenciais por cursos de educação a distância – que, imediatamente aumentam o número de alunos por professor, 3) a reposição insuficiente e/ou de forma precária de professores aposentados e demissionários, o que significa um maior número de turmas assumidas por docentes e responsabilidades junto à instituição, estimulação do trabalho do professor aposentado na condição de voluntário, em uma palavra. Nas instituições federais de ensino, essas práticas são diretamente relacionadas à remuneração do professor:

No âmbito do trabalho docente nas IFES, uma mudança nas regras da remuneração por parte do MEC (governo FHC) no ano de 1998, durante uma greve que já se estendia por três meses, estabeleceu uma gratificação por produção chamada de Gratificação de estímulo à docência (GED) (PINTO, 2000). Teriam direito à gratificação por produção em seu valor integral os docentes que atingissem 120 pontos contabilizados em relação a uma série de atividades de natureza acadêmica. Em suma, a obtenção dessa pontuação dava-se pelo aumento de horas-aula semanais, o que motivou muitos professores a aumentarem o número de aulas ministradas (BOSI, op. cit. p. 4).

Foram implementadas, ainda outras políticas que pressionam os docentes a assumir a lógica produtivista na Universidade, a qual consiste na introdução da avaliação do professor por desempenho, com a introdução de critérios de valorização dos docentes dos quais eles não têm controle, como: aprovação de projetos junto a órgãos de fomento, exercício de cargos de representação eletivos orientações com bolsa de estudos; avaliação do professor pela quantidade de “produtos” efetivamente publicados, independente da área de conhecimento e da especificidade de cada produção, avaliações de desempenho não valorizam a trajetória pregressa, pois se concentram nas atividades atuais do docente, desconsiderando as contribuições anteriores e as demandas individuais da atual fase da carreira (COSTA, op. cit.).

Uma outra dimensão da precarização do trabalho docente ultrapassa a dimensão da intensificação do trabalho, dizendo respeito aos próprios contratos, em que tem havido restrição ou perda de direitos, como nas demais categorias profissionais, levando muito professores universitários a optarem pela aposentadoria como medida preventiva à perdas devidas às reformas previdenciárias, no momento de auge da carreira, além das perdas salariais anuais, a precarização do trabalho dos docentes ingressantes por meio do trabalho nas universidades públicas nas condições de voluntário, bolsista, conferencista, substituto, professor pós-doutor, destituídos de direitos do trabalho, secundarizados em relação aos professores efetivos, o que produz uma hierarquização no seio da categoria docente, fator de fragmentação da base sindical e os novos requisitos para ingresso no magistério público do ensino superior. Saliente-se que essa manifestação tem ocorrido não só na categoria docente do ensino superior no Brasil, com também no Canadá e Estados Unidos, constituindo-se numa tendência internacional (JESSON, op. cit.).

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BOSI, A. P. **A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil, nesses últimos 25 anos**. Educação e sociedade, v. 28, nº 101, Campinas, set/dez 2007.

COSTA, A. Os indícios da precarização do trabalho docente na Universidade: um estudo de caso. In: Anais: **XV ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO**. Anais do XV ENDIPE. Belo Horizonte: UFMG, 2010. v. 1.

JESSON, J. Churn: the unacceptable face of global knowledge economy? **New Zealand Journal of Teacher's work**, v. , Issue 1, p. 74-82, 2010.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3. ed. (ver. Amp.) Porto Alegre: Artmed, 2003.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**: revista do instituto de estudos socialistas, nº 3, São Paulo, 1999. p. 19-30.

OLIVEIRA, F. Os sentidos do capital pós-Bretton Woods. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo (vol. 4) p. 186-196).

PEÑA CASTRO, R. Tecnologia, trabalho e educação (indeterminações) **Cadernos da ANPED**, nº6, out., 1994. P. 29-53.

PERRENOULD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

RUAS, R. Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho. **Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina**. GITHAY, L. (Org.) Campinas: IG/UNICAMP; Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. (Lecturas de educación y trabajo, nº 3).

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1990.

MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. São Paulo: Autores Associados, 2006. (col. Educação contemporânea).

Artigo submetido em: 06/10/2012

Aceito para publicação em: 12/10/2012

Publicado em: 18/12/2012